

O novo Ensino Médio, currículo, profissionalização e trabalho docente: um levantamento bibliográfico (2024–2025)

The New High School model, curriculum, professionalization, and teaching work: a bibliographic survey (2024–2025)

El nuevo modelo de escuela secundaria, el currículo, la profesionalización y el trabajo docente: un estudio bibliográfico (2024–2025)

Evaldo Piolli¹
Gisiley Paulim Zucco Piolli²
Kauê Frolini dos Santos³

Resumo

O presente trabalho é sobre análise de artigos selecionados a partir de um levantamento bibliográfico realizado na base de periódicos da Capes sobre a produção acadêmica referente à Reforma do Ensino Médio, no período de 2024 a 2025. O objetivo do estudo foi compreender os principais elementos que caracterizam essa reforma e suas articulações com a formação profissional, com ênfase na proposição do V itinerário de formação técnica e profissional. A busca pelos artigos foi realizada a partir dos descritores “novo ensino médio”, “contrarreforma do ensino médio” e “reforma do ensino médio”. Com base nos objetivos da pesquisa, foram selecionados 20 artigos para leitura e análise aprofundadas. Como procedimentos metodológicos, adotaram-se as técnicas de análise de conteúdo e de construção de categorias analíticas. A partir desse processo, os artigos foram organizados em três categorias: currículo e profissionalização; trabalho docente no Novo Ensino Médio; e Novo Ensino Médio e o empreendedorismo da educação. Em síntese, o levantamento indica que o Novo Ensino Médio aprofunda desigualdades, reforça a dualidade formativa, precariza o trabalho docente e amplia a presença do setor privado na educação pública. Os resultados apontam a necessidade de aprofundar estudos sobre os impactos da reforma na juventude, no trabalho docente e na Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Currículo; Profissionalização; Trabalho docente.

Abstract

This study analyzes articles selected from a bibliographic survey conducted in the CAPES journals database on academic production related to the High School Reform in Brazil between 2024 and 2025. The objective of the study was to understand the main elements characterizing this reform and its connections with vocational education, with emphasis on the proposal of the fifth technical and vocational training pathway. The search for articles was

¹ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas/SP, Brasil.

E-mail: epiolti@yahoo.com.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5321-5038>

² Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas/SP, Brasil.

E-mail: gisileyp@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0354-4486>

³ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas/SP, Brasil.

E-mail: kauefrolini@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9545-2126>

carried out using the descriptors “new high school,” “high school counter-reform,” and “high school reform.” Based on the research objectives, 20 articles were selected for in-depth reading and analysis. As methodological procedures, content analysis techniques and the construction of analytical categories were adopted. From this process, the articles were organized into three categories: curriculum and vocationalization; teaching work in the New High School; and the New High School and educational entrepreneurship. In summary, the survey indicates that the New High School deepens inequalities, reinforces educational duality, precarizes teaching work, and expands the presence of the private sector in public education. The results point to the need for further studies on the impacts of the reform on youth, teaching work, and Professional and Technological Education.

Keywords: New high school; Curriculum; Professionalization; Teaching work

Resumen

El presente trabajo analiza artículos seleccionados a partir de un levantamiento bibliográfico realizado en la base de periódicos de CAPES sobre la producción académica referente a la Reforma de la Enseñanza Media en el período de 2024 a 2025. El objetivo del estudio fue comprender los principales elementos que caracterizan esta reforma y sus articulaciones con la formación profesional, con énfasis en la propuesta del quinto itinerario de formación técnica y profesional. La búsqueda de los artículos se realizó a partir de los descriptores “nuevo ensino médio”, “contrarreforma de la enseñanza media” y “reforma de la enseñanza media”. Con base en los objetivos de la investigación, se seleccionaron 20 artículos para lectura y análisis en profundidad. Como procedimientos metodológicos, se adoptaron las técnicas de análisis de contenido y de construcción de categorías analíticas. A partir de este proceso, los artículos fueron organizados en tres categorías: currículo y profesionalización; trabajo docente en la Nueva Enseñanza Media; y Nueva Enseñanza Media y el emprendimiento educativo. En síntesis, el levantamiento indica que la Nueva Enseñanza Media profundiza las desigualdades, refuerza la dualidad formativa, precariza el trabajo docente y amplía la presencia del sector privado en la educación pública. Los resultados señalan la necesidad de profundizar los estudios sobre los impactos de la reforma en la juventud, en el trabajo docente y en la Educación Profesional y Tecnológica.

Palabras clave: Nueva Educación Media; Currículo; Profesionalización; Trabajo docente

Introdução

Este trabalho integra a pesquisa intitulada “A implementação do Itinerário de Formação Técnica e Profissional no Ensino Médio Regular a partir da Lei nº 13.415/2017 nos estados de São Paulo e Piauí”, financiada pelo CNPq. O texto apresenta um recorte de levantamento bibliográfico realizado na Plataforma de Periódicos da CAPES, contemplando artigos publicados entre 2024 e 2025. A definição desse recorte temporal teve como objetivo analisar resultados de pesquisas relativos à materialização da implementação do Novo Ensino Médio, sobretudo aqueles relacionados à formação técnica e profissional e aos processos de

Revista Devir Educação, Lavras, vol.10, n.1, e-1233, 2026.

profissionalização. Esses elementos orientaram os critérios de seleção dos artigos analisados. O trabalho constitui, assim, parte das atividades investigativas desenvolvidas no âmbito de uma Bolsa de Iniciação Científica vinculada ao referido projeto.

O objetivo geral da pesquisa mencionada foi o de analisar o processo de implementação do Itinerário de Formação Técnica e Profissional no ensino médio regular das redes públicas estaduais de São Paulo e do Piauí, à luz da Lei nº 13.415/2017 e de suas reformulações, especialmente a Lei nº 14.945/2024, no período de 2017 a 2024. Um dos objetivos específicos inseridos no projeto foi o de analisar a produção acadêmica em periódicos científicos. Nesse artigo, em particular, nosso objetivo foi o de dar prosseguimento a um primeiro levantamento feito com base na produção desenvolvida entre 2017 e 2023. Neste trabalho buscamos analisar resultados de pesquisas relativos à materialização da implementação do Novo Ensino Médio, sobretudo aqueles relacionados à formação técnica e profissional e aos processos de profissionalização do currículo do ensino médio.

Para o levantamento das publicações, foram utilizados os descritores “Novo Ensino Médio”, “Contrarreforma do Ensino Médio” e “Reforma do Ensino Médio”. Na primeira etapa, a busca pelo termo “Novo Ensino Médio” resultou em 475 artigos publicados dentro do período delimitado. Em seguida, a pesquisa com descritor “Contrarreforma do Ensino Médio” identificou 17 artigos, enquanto a busca por “Reforma do Ensino Médio” retornou 172 resultados. Após essa coleta inicial, realizamos uma triagem a partir da leitura dos títulos e resumos, o que nos levou à seleção de 20 artigos, para fichamento e análise.

Esses textos foram lidos de forma aprofundada e, para cada um, elaborou-se um resumo expandido. Esse processo possibilitou a construção de quatro categorias analíticas (Bardin, 1977; Minayo, 2001) que emergiram dos artigos analisados, a saber: Currículo e Profissionalização, Reorganização Curricular e Trabalho Docente no Novo Ensino Médio; O novo Ensino Médio e o Empresariamento da Educação.

A categoria “**Currículo e Profissionalização**” abrange 11 artigos que se dedicam à análise da reorganização curricular proposta pelo Novo Ensino Médio. Os estudos discutem os impactos de um currículo enxuto, voltado para uma formação acelerada de jovens, com foco na adaptação a um mercado de trabalho marcado pela instabilidade e pela flexibilização. Os estudos indicam que a reforma consolidou um projeto educacional baseado na

flexibilização curricular, na responsabilização individual, no discurso do empreendedorismo e da meritocracia. Os artigos abordam as contradições do propalado protagonismo juvenil e seus efeitos na organização curricular do ensino médio. São artigos que analisam a participação do empresariado e suas fundações na concepção do currículo e as implicações na reprodução das desigualdades e na precarização do trabalho docente e da formação dos estudantes. Discutem a relação entre as reformas curriculares e o dualismo histórico da oferta do ensino médio brasileiro.

A categoria **“Reorganização Curricular e Trabalho Docente no Novo Ensino Médio”** reúne três artigos que investigam as percepções e experiências de professores da rede pública diante das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio. As pesquisas abordam como os embates em torno da reformulação curricular impactam diretamente as práticas pedagógicas, as condições de trabalho e o sentimento de perda de autonomia e de desvalorização profissional dos docentes.

Os estudos mostram que muitos professores enfrentam dificuldades para se adaptar às novas exigências, especialmente no que diz respeito à implementação dos itinerários formativos, focado no ensino por competências e à introdução de componentes como o Projeto de Vida. Além disso, os artigos destacam a falta de formação adequada e o aumento da sobrecarga de trabalho como fatores que geram insegurança, desmotivação e resistência por parte dos docentes, comprometendo a qualidade do ensino e o desenvolvimento de práticas críticas e reflexivas em sala de aula.

A categoria **“O novo Ensino Médio e o Empresariamento da Educação”**, composta por 06 artigos, evidencia de forma recorrente uma crítica à centralidade conferida ao empreendedorismo, ao projeto de vida e ao protagonismo juvenil tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto na Lei nº 13.415/2017. As análises demonstram como essas diretrizes se articulam com os princípios do pensamento neoliberal. Nesse contexto, o discurso da liberdade individual, da meritocracia e da capacidade de empreender é amplamente reforçado como forma de responsabilizar o indivíduo pelo próprio sucesso ou fracasso.

Além disso, os estudos mostram que empresas, organizações internacionais e o governo têm atuado juntos na construção da Reforma do Ensino Médio. Os artigos apontam

quais instituições privadas estão financiando ou influenciando diretamente nas políticas educacionais, principalmente aquelas que incentivam a formação técnica e profissional. Também levantam questionamentos sobre os interesses por trás dessas mudanças, refletindo sobre quem realmente se beneficia com a aproximação entre a escola pública e as exigências do mercado de trabalho, e quais os impactos disso para uma formação mais crítica e científica dos estudantes, principalmente devido incentivo para a adesão ao V Itinerário para os filhos da classe trabalhadora.

Os textos apontam que o Novo Ensino Médio reforça o antigo dualismo presente na educação brasileira, ao manter caminhos distintos para diferentes grupos sociais. A flexibilização e o enxugamento do currículo, aliados à ênfase no V itinerário voltado à formação técnica e profissional, acabam limitando as possibilidades de muitos jovens ingressarem no ensino superior, aprofundando as desigualdades educacionais já existentes. Fica evidente a presença do pensamento neoliberal, que propõe um currículo voltado para formar jovens que ajam como "empreendedores de si mesmos", já transferindo aos mesmos a responsabilidade pelos próprios acertos ou fracassos ao entrarem no mercado. A Reforma também impacta no trabalho dos professores uma vez que a lei permite que pessoas sem formação universitária, mas com "notório saber", possam dar aulas em disciplinas técnicas e profissionais, o que pode comprometer a qualidade do ensino e desvalorizar ainda mais o exercício da docência.

Currículo e profissionalização

A reforma do Ensino Médio brasileiro, instituída pela Lei nº 13.415/2017, inaugurou um novo arranjo curricular centrado na flexibilização, nos itinerários formativos e no protagonismo juvenil. A literatura recente tem problematizado seus pressupostos, as condições de implementação e os efeitos percebidos pelas comunidades escolares. Os artigos agrupados nesta categoria, agrega contribuições de pesquisas empíricas e teóricas que analisam diferentes dimensões do Novo Ensino Médio (NEM) em estados como Espírito Santo, São Paulo, Piauí e Rio Grande do Sul, bem como estudos que discutem a expansão de discursos meritocráticos, empreendedores e individualizantes.

O estudo de Silva e Santos (2024), sobre os itinerários formativos na rede estadual do Espírito Santo, evidencia que a implantação ocorreu de modo desigual, marcada por limitações estruturais, escassez de docentes habilitados e ofertas pouco articuladas com os interesses dos estudantes. As autoras concluem que a promessa de personalização formativa não se concretiza, pois, “a escolha oferecida aos estudantes é frequentemente fictícia, restringindo-se às possibilidades organizacionais da escola” (Silva; Santos, 2024).

Na mesma direção, Souza et al. (2024), ao investigarem a percepção da comunidade escolar sobre facilidades e dificuldades dos itinerários, destacam que a falta de infraestrutura, materiais adequados e formação docente gera frustração entre estudantes e professores. Segundo os autores, embora alguns reconheçam ganhos em “atividades práticas e dinâmicas”, há consenso de que o modelo amplia a desigualdade entre escolas com distintos padrões de financiamento (Souza et al., 2024).

O trabalho de Costa e Rodrigues (2024) analisa experiências de jovens matriculados no NEM e mostra que o discurso de protagonismo estudantil contrasta com a realidade escolar. Os autores observam que muitos estudantes não compreendem a finalidade dos itinerários e percebem que a reforma “favorece a fragmentação curricular e o aligeiramento da formação geral” (Costa; Rodrigues, 2024). A pesquisa reforça que o protagonismo é mais um dispositivo retórico do que uma prática pedagógica efetiva.

No Rio Grande do Sul, Ferreira (2024) examina o discurso oficial sobre o protagonismo juvenil na escolha dos itinerários formativos. A autora demonstra que a retórica da autonomia oculta condicionantes socioeconômicos e pressões institucionais, funcionando como estratégia de responsabilização individual dos estudantes por escolhas limitadas pelas condições da escola (Ferreira, 2024).

Um dos aspectos centrais das reformas educacionais recentes é a incorporação do discurso do empreendedorismo de si. Moura (2024) analisa como o NEM promove a figura do “sujeito empreendedor de si”, alinhado a racionalidades neoliberais que reforçam a autogestão, a competitividade e a responsabilização individual. Segundo o autor, esse paradigma desloca a função social da escola: “ao invés de promover uma formação crítica, a reforma estimula competências voltadas ao ajustamento e à performatividade” (Moura, 2024).

Complementando esse debate, Barros e Almeida (2024) identificam como o discurso meritocrático permeia as expectativas dos estudantes da escola pública. Para as autoras, a reforma reforça a ideia de que o êxito escolar e profissional é resultado apenas do esforço individual, invisibilizando desigualdades estruturais. Assim, a meritocracia atua como mecanismo simbólico de naturalização da exclusão social (Barros; Almeida, 2024).

No diálogo entre NEM e BNCC, Ribeiro e Matos (2024) argumentam que a reorganização curricular dificulta a consolidação de uma formação cidadã crítica. As autoras afirmam que, ao priorizar competências e habilidades alinhadas ao mercado, a reforma reduz espaços de reflexão e disciplinas estruturantes, criando tensões entre flexibilidade curricular e garantia de direitos educacionais (Ribeiro; Matos, 2024). Esse diagnóstico é reforçado por Pereira e Sousa (2024), que analisam o caso do Piauí. Segundo os autores, as propostas curriculares derivadas da BNCC geram um ensino “fragmentado e instrumental”, precarizando a formação integral e comprometendo o papel democrático da escola pública (Pereira; Sousa, 2024).

Entre as experiências estaduais, a literatura sobre São Paulo tem sido especialmente crítica. Tavares e Nogueira (2024) caracterizam a reforma paulista como um mecanismo de “apartheid social e educacional”, pois o desenho dos itinerários e das ofertas escolares reforça a segregação entre estudantes de diferentes territórios e condições socioeconômicas. Além disso, Peroni, Oliveira e Silva (2024), ao analisarem “o avesso da Reforma do Ensino Médio” na rede paulista, mostram que a política amplifica desigualdades ao impor itinerários desarticulados da realidade escolar, baseados em parcerias externas, muitas vezes privadas, e em forte expansão da Educação a Distância. Para as autoras, a implementação resultou em “sobrecarga docente, ampliação da precarização laboral e esvaziamento da formação geral” (Peroni; Oliveira; Silva, 2024).

A revisão realizada por Gomes et al. (2024) sobre a educação profissional integrada ao ensino médio reforça que, embora essa modalidade possa ampliar oportunidades, as reformas recentes tendem a reduzir a formação integral ao enfatizar competências utilitaristas e de rápida inserção no mercado. Os autores apontam que a integração entre formação geral e técnica permanece frágil, dificultada pela falta de condições objetivas nas escolas (Gomes et al., 2024).

A literatura analisada converge em apontar que o Novo Ensino Médio, tal como implementado no Brasil, materializa um projeto educacional que combina flexibilização curricular, responsabilização individual e expansão de discursos empreendedores e meritocráticos. Embora prometa personalização e protagonismo juvenil, a reforma tem produzido efeitos de fragmentação curricular, desigualdades territoriais, precarização docente e redução da formação cidadã crítica. Os estudos indicam que o modelo atual reforça a dualidade histórica do ensino médio brasileiro, ao passo que amplia a presença de atores privados e racionalidades mercadológicas no campo educacional.

Reorganização curricular e trabalho docente no Novo Ensino Médio

A implementação da reforma do Ensino Médio no Brasil, prevista na Lei nº 13.415/2017, tem implicado um conjunto de mudanças no currículo escolar e nas condições de trabalho dos professores. Entre os aspectos mais discutidos na literatura recente estão as percepções dos docentes sobre a reorganização curricular, os desafios em relação aos itinerários flexíveis e as pressões para além-da-sala de aula que apontam para perda de autonomia docente, com forte uso do controle dos conteúdos através de redes que plataformizaram os mesmos, processos de precarização, privatização e desprofissionalização do magistério. Esta revisão sintetiza as contribuições de três estudos que abordam diferentes dimensões desse fenômeno.

No estudo de Santos & Repolês (2024), investigou-se como docentes da Educação Profissional e Tecnológica percebem as mudanças introduzidas pelo Novo Ensino Médio em seus currículos. A pesquisa qualitativa, realizada com 35 professores, revelou que as alterações impactam de forma desigual: enquanto docentes de disciplinas técnicas relataram poucas mudanças pedagógicas, professores do ensino propedêutico apontaram impactos significativos no trabalho didático e na organização das práticas de ensino-aprendizagem. Os participantes expressaram preocupação com a possível desvalorização de conteúdos específicos e com a falta de preparação adequada para implementar a nova organização curricular, destacando que a interdisciplinaridade, embora vista como potencial benefício, representa também um desafio em termos de organização conjunta de atividades e avaliações integradas (Santos; Repolês, 2024).

Complementando as discussões sobre reorganização curricular, Wathier & Vivacqua da Costa Ferreira (2024) investigam como docentes lidam com a lógica de itinerários flexíveis e construção colaborativa proposta pelo Novo Ensino Médio. Os autores identificam que as mudanças curriculares, especialmente no que tange à flexibilidade e à necessidade de trabalho colaborativo entre professores, geram sentimentos ambivalentes entre os docentes. Parte dos entrevistados relata aflição e insegurança diante da necessidade de reorganizar práticas tradicionais, sugerindo que embora alguns vejam oportunidades de inovação, muitos não se sentem suficientemente preparados para a implementação efetiva dos itinerários, tanto em termos de formação quanto de apoio institucional (Wathier; Vivacqua da Costa Ferreira, 2024).

No plano mais amplo das condições de trabalho, Silva (2024) aborda a precarização, privatização e desprofissionalização do magistério no contexto do Ensino Médio brasileiro. O autor argumenta que a reforma curricular não está dissociada de um processo mais amplo de reestruturação neoliberal da educação, em que práticas de flexibilização e avaliação por resultados favorecem a lógica de mercado e reduzem a autonomia profissional. Esse cenário contribui para a desvalorização das carreiras docentes, intensificação da carga de trabalho e contratação de profissionais por critérios de “notório saber”, o que fragiliza a formação docente e submete o trabalho pedagógico a normas externas e critérios mercadológicos (Silva, 2024).

Esses estudos convergem para um quadro em que a reforma do Ensino Médio coloca desafios significativos para os docentes — tanto no que se refere à reorganização curricular quanto às condições de trabalho e formação profissional. Enquanto alguns educadores reconhecem potencialidades como a interdisciplinaridade e a ampliação de experiências pedagógicas, há preocupações recorrentes sobre a falta de preparo, a sobrecarga de trabalho e a ausência de uma verdadeira participação docente nos processos de decisão. Além disso, a discussão sobre precarização e desprofissionalização aponta para implicações estruturais mais profundas relacionadas às políticas educacionais contemporâneas e à inserção da educação em prioridades de cunho gerencial e mercadológico. A esse respeito vale considerar que as formas flexíveis de oferta dos itinerários formativos em parceria com o setor privado,

sobretudo o de Formação Técnica e Profissional, abre possibilidades para formas de contratação precária de professores.

O novo Ensino Médio e o empresariamento da educação

A reforma do Ensino Médio brasileiro instituída pela Lei nº 13.415/2017 tem sido interpretada pela literatura recente como parte de um processo mais amplo de empresariamento da educação e de reconfiguração das políticas públicas segundo racionalidades de mercado. Diversos estudos analisam como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os itinerários formativos e o Projeto de Vida compõem um modelo orientado pela lógica das competências, pela responsabilização individual dos estudantes e pela crescente influência de atores privados na formulação das políticas educacionais. Esta revisão sistematiza contribuições que convergem para uma leitura crítica desse processo.

O trabalho de Oliveira (2024) demonstra que o chamado “Novo” Ensino Médio não pode ser compreendido isoladamente, mas como parte de um conjunto de reformas empresariais que vêm sendo implementadas nas últimas décadas. Para o autor, a reforma expressa uma “subordinação crescente da política educacional aos interesses do setor empresarial”, articulando BNCC, flexibilização curricular e mecanismos de avaliação para ajustar a escola aos padrões de produtividade e gestão empresarial (Oliveira, 2024). Assim, o NEM não é apenas uma mudança pedagógica, mas uma reconfiguração da função do Estado e, conseqüentemente, da estrutura da educação que passa a ser voltada para conformação ideológica dos docentes e discentes na sociedade capitalista.

A análise de Castro e Lima (2024) sobre a pedagogia das competências aplicada ao componente Projeto de Vida mostra como a reforma operada pela internalização de valores como empreendedorismo, autonomia performativa e autogestão. Os autores, a partir do materialismo histórico-dialético, argumentam que o discurso do Projeto de Vida desloca para o estudante a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar, legitimando desigualdades estruturais como resultado de escolhas individuais. Para eles, trata-se de uma “pedagogia da adaptação ao mercado”, incompatível com uma formação crítica e omnilateral (Castro; Lima, 2024).

Figueiredo e Moura (2024) aprofundam a discussão ao investigar a atuação do Movimento Todos Pela Educação (TPE) na formulação do Novo Ensino Médio. A pesquisa revela que o TPE funcionou como um importante “Aparelho Privado de Hegemonia”, articulando empresários, fundações privadas e organismos multilaterais na produção de consensos em torno da reforma. Segundo os autores, a influência desse movimento demonstra como o Estado passa a operar “como gestor dos interesses privados na educação”, reforçando o empresariamento das políticas públicas (Figueiredo; Moura, 2024).

A partir das lentes da Therapeutic Jurisprudence, Santos (2024) discute o protagonismo juvenil nos itinerários formativos, mostrando como esse discurso combina elementos de responsabilização emocional e autorregulação ubjetiva. O autor argumenta que, ao deslocar para o estudante a obrigação de “ser protagonista”, a reforma produz um efeito simbólico de culpabilização, sobretudo em contextos de precariedade escolar. Assim, o protagonismo aparece não como prática emancipatória, mas como dispositivo de governo das condutas juvenis (Santos, 2024).

Em perspectiva convergente, Freitas e Pires (2024) analisam o NEM como política educacional subordinada à lógica de mercado. Os autores evidenciam que a reforma consolidou mecanismos de competição entre escolas, ampliou a presença de empresas privadas na oferta de formação técnica e introduz no currículo referências orientadas à empregabilidade. Para eles, o NEM reforça a dualidade estrutural do ensino médio, reservando uma formação instrumental aos estudantes das camadas populares (Freitas; Pires, 2024).

Por fim, no estudo de Martins e Souza (2024), a BNCC e o Novo Ensino Médio são interpretados como instrumentos centrais do empresariamento da educação. Os autores mostram que ambos os documentos reforçam uma concepção de educação por competências, alinhada a princípios gerenciais e à lógica de mensurabilidade dos desempenhos. Essa racionalidade, afirmam, “reduz a formação humana a indicadores operacionais”, enfraquecendo o papel social da escola e estreitando o currículo às necessidades do mercado (Martins; Souza, 2024).

A literatura revisada converge ao demonstrar que o Novo Ensino Médio se configura como uma política profundamente influenciada por movimentos empresariais, pela pedagogia

das competências e por discursos individualizantes que deslocam para os estudantes a responsabilidade pelo êxito escolar e profissional. Em diferentes abordagens, os autores mostram que a reforma se articula com a BNCC e com o Projeto de Vida para promover um modelo de educação orientado ao mercado, que fragiliza a formação crítica, reforça desigualdades e intensifica processos de privatização e de responsabilização subjetiva. Assim, a revisão indica que o NEM não é apenas uma mudança de estrutura curricular, mas parte de uma transformação mais ampla das políticas públicas educacionais sob o neoliberalismo.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a produção acadêmica recente (2024–2025) sobre a Reforma do Ensino Médio, com ênfase no Itinerário de Formação Técnica e Profissional. Metodologicamente, realizou-se um levantamento bibliográfico sistemático no Portal de Periódicos da Capes, seguido de leitura aprofundada, fichamento e análise de conteúdo, a partir da qual foram selecionados 20 artigos e construídas três categorias analíticas.

Embora o levantamento bibliográfico tenha possibilitado identificar tendências, categorias analíticas e interpretações recorrentes sobre o Novo Ensino Médio, a própria natureza desse tipo de pesquisa apresenta limites. Por basear-se na análise de produções já publicadas, alertamos que o estudo não permite apreender integralmente as contradições, mediações e dinâmicas concretas da implementação da reforma nas escolas e redes de ensino — o que buscamos realizar por meio da pesquisa desenvolvida nos estados de São Paulo e Piauí. Nesse sentido, destacamos a importância da realização de pesquisas empíricas e estudos de campo que aprofundem a compreensão dos impactos do Novo Ensino Médio sobre a juventude, o currículo, o trabalho docente e a Educação Profissional e Tecnológica. Esclarecidos esses limites, passamos aos resultados deste levantamento.

No âmbito da categoria Currículo e Profissionalização, os resultados indicam que a reorganização curricular promovida pela Lei nº 13.415/2017 tem produzido um currículo fragmentado e aligeirado, marcado pela centralidade das competências e pela orientação ao mercado de trabalho. A literatura aponta que o V itinerário de formação técnica e profissional tem operado como um mecanismo de direcionamento precoce dos estudantes da classe

trabalhadora para trajetórias formativas instrumentais, reforçando a histórica dualidade do ensino médio brasileiro e limitando o acesso a uma formação geral ampla e crítica.

Na categoria Reorganização Curricular e Trabalho Docente, os estudos evidenciam impactos significativos sobre as condições e a organização do trabalho dos professores. Os resultados mostram sobrecarga, insegurança e perda de autonomia docente, associadas à ausência de formação adequada, à intensificação das exigências pedagógicas e à ampliação de parcerias com o setor privado. Esse conjunto de fatores aprofunda processos de precarização e desprofissionalização do magistério.

Por fim, a categoria O Novo Ensino Médio e o Empresariamento da Educação revela que a reforma se insere em um projeto mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais sob racionalidades neoliberais. Os artigos analisados demonstram a crescente influência de atores empresariais na definição do currículo, bem como a difusão de discursos de empreendedorismo, meritocracia e responsabilização individual, que fragilizam a formação crítica e ampliam as desigualdades educacionais.

Os artigos analisados indicam que o Estado democrático se encontra pressionado por forças privatistas vinculadas ao mercado financeiro, interessadas na captação de recursos públicos sob a égide das proposições da economia neoliberal. Tal lógica orienta-se pela apropriação de verbas estatais com vistas à ampliação do processo de acumulação de capital, o que se mostra incompatível com a manutenção de um Estado minimamente comprometido com a oferta de políticas públicas universais. Nessa perspectiva, a maximização da lucratividade do setor privado passa a prevalecer, consolidando a terceirização, a privatização e as concessões de serviços públicos como diretrizes centrais da nova ordem econômica.

A legislação educacional, nesse contexto, foi progressivamente modificada para viabilizar que recursos da educação pública se tornem objeto de investimento do setor financeiro, por meio de empresas concessionárias ou prestadoras de serviços. Essas empresas passaram a ofertar sistemas de ensino plataformizados e uma ampla gama de serviços, como assessorias pedagógicas, frequentemente permeadas por conteúdos formativos alinhados à ideologia neoliberal. Tal movimento visa conformar a formação ao modelo do “capital humano”, ajustado às exigências de um mercado de trabalho em crise, marcado por processos de reestruturação produtiva e por dinâmicas de dependência e neocolonização.

Em síntese, o levantamento bibliográfico evidencia que o Novo Ensino Médio tende a aprofundar desigualdades estruturais, reforçar a dualidade formativa e intensificar a precarização do trabalho docente, ao mesmo tempo em que amplia a inserção do setor privado na educação pública. Esses resultados reforçam a importância de pesquisas empíricas que acompanhem a implementação concreta da reforma e suas implicações para a formação da juventude e para as condições de trabalho docente, bem como de estudos mais abrangentes sobre seus efeitos na Educação Profissional e Tecnológica.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BARROS, Ana; ALMEIDA, Júlia. Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e0273348, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450273348por>.

CASTRO, João; LIMA, Renata. A pedagogia das competências no projeto de vida do novo ensino médio: uma leitura crítica na perspectiva do materialismo histórico-dialético. **Revista Direitos e Sociedade**, v. 17, n. 59, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n59-033>.

COSTA, Mariana; RODRIGUES, Felipe. Novo Ensino Médio: experiências e sentidos entre jovens estudantes. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 68, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.vi68.26338>.

FIGUEIREDO, Carlos; MOURA, Elisa. Movimento Todos Pela Educação e o empresariamento do Novo Ensino Médio no Brasil. **Revista Paradigma**, v. 42, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024012.id1366>.

FERREIRA, Paula. O discurso retórico sobre o protagonismo juvenil na escolha dos itinerários formativos no Rio Grande do Sul. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 68, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.vi68.26058>.

FREITAS, Paulo; PIRES, Andréa. O “novo” Ensino Médio sob a lógica do mercado. **Revista Práxis e Virtude**, v. 13, n. 2, p. 1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47328/rpv.v13i2.16485>.

GOMES, Roberto et al. A educação profissionalizante integrada ao ensino médio: uma revisão sobre os aspectos relevantes no cotidiano dos educandos. **Cuadernos**, v. 16, n. 11, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n11-016>.

MARTINS, Júlia; SOUZA, Roberto. Empresariamento da Educação: Análise da Base Nacional Comum Curricular e do Novo Ensino Médio. **ScientiaTec**, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35819/scientiatec.v11i1.7153>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Lucas. O sujeito empreendedor de si no Novo Ensino Médio. **Revista Educação em Contexto**, v. 17, n. 3, p. 1–20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v17i3.71539>.

OLIVEIRA, Marcelo. O “Novo” Ensino Médio como parte das reformas empresariais na educação brasileira. *Horizontes*, v. 42, n. 1, p. 1–20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1820>.

PEREIRA, Joana; SOUSA, Carla. Um olhar sobre a BNCC: reflexões acerca do novo currículo do ensino médio no estado do Piauí. **Revista Observatório**, Teresina, v. 17, n. 3, p. 1–25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319v17n3.2024.47>.

PERONI, Vera; OLIVEIRA, Adriana; SILVA, Mariane. O avesso da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual Paulista. **Education Policy Analysis Archives (EPAA)**, v. 32, p. 1–29, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.32.8270>.

RIBEIRO, Cláudia; MATOS, Helena. O Novo Ensino Médio e suas relações com a BNCC: (im)possibilidades para uma formação na perspectiva cidadã. **Revista Educação**, v. 49, p. 1–19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/2357797586969>.

SANTOS, Diego. O protagonismo juvenil no contexto dos itinerários formativos no novo ensino médio: um olhar a partir das lentes da Therapeutic jurisprudence. **Revista de Educação**, v. 13, n. 2, p. 268–285, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-268-2024>.

SANTOS, José Vitor Palhares dos; REPOLÊS, Maria Catarina Paiva. Percepções de docentes da educação profissional e tecnológica acerca da reorganização curricular do Novo Ensino Médio. **Educação em Revista**, v. 40, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698-49141>.

SILVA, Ana; SANTOS, Bruna. Novo Ensino Médio: os itinerários formativos na rede de ensino do Espírito Santo. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 42, e94918, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e94918>.

SILVA, Katharine Ninive Pinto. Precarização, privatização e desprofissionalização do magistério no Ensino Médio brasileiro. **Revista Retratos da Escola**, v. 18, n. 42, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v18i42.1995>.

SOUZA, Daniel et al. Percepção da comunidade escolar a respeito dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio: dificuldades e facilidades. **Revista RETEPE**, v. 9, p. 1–18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.9.23907.014>.

TAVARES, André; NOGUEIRA, Silvia. A reforma do Ensino Médio paulista e o apartheid social e educacional. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 1–25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.6136>.

WATHIER, Valdoir Pedro; VIVACQUA DA COSTA FERREIRA, Fernanda Vernieri. Itinerários flexíveis e construção colaborativa: os docentes se sentem preparados? **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 6, p. 1–14, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.6-310.

Agradecimentos:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - processo nº 420124/2022-5

Recebido: fevereiro/2026

Correções requeridas: maio/2026

Publicado: julho/2026